



Alfredo Gualinga, dirigente índio do Equador, participa da Semana do Índio no Brasil, promovida pelo CNBB e o Cimi.

Funai condenada no Dia do Índio

A política governamental brasileira em relação aos povos indígenas, aplicada através da Funai, é "motivo de preocupação e humilhação" para as nações indígenas da América Latina, segundo o vice-presidente do recém-criado Conselho Nacional de Coordenação Indígena do Equador, Alfredo Vitery Gualinga, da nação quichua, que participou esta semana, como convidado, da 13.ª Reunião Nacional de Antropologia, em São Paulo.

Os dirigentes indígenas aproveitaram a Semana do Índio, cujo dia se comemora hoje, para percorrer grandes cidades e capitais, em campanha por seus direitos, fazendo palestras, discussões e entrevistas.

"Os índios brasileiros estão em condições muito graves, podemos ver e sentir", afirma Gualinga. Sua situação é uma das piores da América Latina. Aqui a tutela exercida pelo Estado está totalmente distorcida. O índio é tratado como uma criança, um incapaz, não são reconhecidos como cidadãos brasileiros como os demais, têm enormes problemas de terra.

O dirigente indígena equatoriano descreveu, nas reuniões de um dos grupos de trabalho instituídos pela Associação Brasileira de Antropologia, a estrutura dos organismos de representação e unidade política pelos quais as nações indígenas equatorianas lutam há cerca de 20 anos. E disse temer que a limitação à livre organização dos povos indígenas no Brasil, a discriminação cultural que sofrem e a política de controle exercida pela Funai terminem por ser imitadas pelos governos de outros países.

"Nós nos solidarizamos com nossos irmãos brasileiros e ao mesmo tempo nos sentimos humilhados com sua condição. Se no Brasil se humilha dessa forma a um índio é a nós que se está humilhando também. E, cedo ou tarde, tememos que países como o Peru, Chile e Bolívia, por exemplo, seguirão o exemplo brasileiro. Então o povo indígena desaparecerá da Terra."

O Conselho Nacional de Coordenação Indígena do Equador reúne as entidades criadas pelas nações das três regiões principais do país — Serra, Costa e Oriente (Amazônia). Alfredo Gualinga é presidente da Confederação das Nacionalidades Indígenas da Amazônia Equatorial, que reúne as federações dos povos Shuar, Quichuas, Cofanes, Chachis, Colorados, Sionas, Sequoias e Huauranes, nessa condição integrando a direção da entidade nacional.

"Nosso processo de organização data de uns 20 anos. A Confederação foi legalmente formada há três anos, respondendo a necessidades muito concretas. Somos 50% da população, estimada em 8 milhões de pessoas, e enfrentamos muitos problemas com relação às nossas terras, pois a política do governo tem sido de implantar a colonização interna e externa, pela concessão de áreas a grandes empresas e conglomerados multinacionais para exploração de palma africana (dendê), chá e madeiras. Com isso foram causados problemas culturais, econômicos, discriminação social e a perda das terras dos povos indígenas", explica Gualinga.

A Confederação, como o Conselho Nacional de Coordenação Indígena, serve como ponte e meio de unificação das reivindicações dos índios equatorianos ao governo do País. Gualinga explica:

"Um dos nossos papéis fundamentais é a busca da autodeterminação dos povos indígenas, aliás não só no Equador como na América Latina como um todo. Temos o direito de dirigir a nós mesmos como

povo e decidir nosso destino como povo. Não é uma luta racista, mas de verdadeira integração cultural. Lutamos para que se reconheça nossa identidade como povo, nosso idioma próprio, identidade, terras, formas de comunicação social, música e arte, cultura própria e formas de organização social diferentes. Somos a raiz dos Estados da América Latina. Os governos têm a obrigação de nos reconhecer e valorizar. Somente com o reconhecimento e valorização poderá haver a igualdade. A integração não existe em condições de inferioridade."

Alfredo Gualinga mostra-se cada vez mais indignado quando fala no assunto. Ele diz que não há conversa sobre direitos humanos e respeito ao próximo quando não se respeita o princípio da autodeterminação dos povos. A questão da cultura é importante para os índios equatorianos:

"Veja o exemplo de nossos irmãos brasileiros. Os tukanos, os terenas respeitam a cultura branca, falam o português. Nós falamos o espanhol, porque respeitamos a cultura do homem branco, mas mantemos nosso idioma, o quichua, e queremos que nos respeitem também, que ensinem às suas crianças a nossa língua, nossos costumes. Não nos interessa a integração imposta, unilateral. Querem que deixemos a nossa cultura e pratiquemos a cultura ocidental. Ora, isso se chama etnocídio, genocídio."

Os índios no Equador lutam para que o Estado assegure a oferta de uma educação bilingue, bicultural. Também as formas de medicina indígena, no seu

entender, devem ser mantidas. "Sabemos muito sobre plantas medicinais, mas esse conhecimento está sendo destruído. No Equador há petróleo nas terras indígenas, e muita madeira também. Estão extraíndo, mas em benefício de quem? Das multinacionais. Não temos escolas, estradas, postos de saúde. Nossos filhos não têm acesso à educação, mas um setor da sociedade se faz cada vez mais rico, às nossas custas. A terra sempre foi nossa, esse é um direito natural, histórico. A América Latina, essa é uma verdade, é uma terra índia."

As organizações indígenas, no Equador, obtive-

ram algumas de suas reivindicações: hoje a alfabetização nas escolas das aldeias é feita nos dois idiomas. Alguns programas de saúde são executados em convênio entre o governo e as federações locais das nacionalidades indígenas. Mas o problema das terras persiste: "Preferem entregá-las a grandes fazendeiros e às multinacionais do que a nós. Além disso, sempre exigimos a manutenção e o respeito nos programas econômicos, de nossa forma de vida, comunitária. Mas o governo insiste em emprestar, fazer financiamentos, sempre para indivíduos e não para as comunidades", diz Gualinga.